

Marie Luce Tavares; Mestranda em Lazer; UFMG/Brasil, acadêmica.

Vivian Maria dos Reis; Especialista em Lazer; IEMG/Brasil, professora.

POSSÍVEIS ENFOQUES ACERCA DA ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL: DIALOGANDO COM HENRY GIROUX

Eu gostaria de propor que a pedagogia, como prática crítica e performática, seja considerada um princípio definidor para todos os trabalhadores culturais – jornalistas, artistas performáticos, advogados, acadêmicos, representantes da mídia, assistentes sociais, professores e outros – que trabalham com a cultura, com a composição (musical, literária etc.), com os estudos literários, com a arquitetura e em campos populares afins.

Henry Giroux

A Animação Sociocultural é uma proposta de Pedagogia Social que não se restringe a um único campo de intervenção - pode ser implementada no âmbito do lazer, da escola, dos sindicatos, da família, enfim, em qualquer espaço possível de educação – nem pode ser compreendida por somente uma área de conhecimento. Apresenta-se como uma proposta pedagógica pautada na ideia de mediação construída com base no princípio de estímulo às organizações comunitárias, tendo em vista provocar questionamentos acerca da ordem social estabelecida e contribuir para a superação do *status quo*.

Dentro dessa perspectiva, os Estudos Culturais são sempre parcialmente dirigidos pelas demandas políticas de seu contexto e pelas exigências de sua situação institucional; uma prática crítica não é determinada apenas por sua situação – ela é responsável por ela. Suas teorias têm tentado se conectar a problemas sociais e políticos reais. Dessa forma, acreditam que a prática importa, e se espera que seu próprio trabalho intelectual possa fazer uma diferença.

Tendo como pano de fundo os Estudos Culturais, o presente artigo é o desfecho das elucubrações em torno dos estudos de Henry Giroux a partir das discussões realizadas pelo grupo Oricolé – Laboratório de Pesquisa em Formação e Atuação Profissional em Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Brasil, articuladas à Animação Sociocultural. Procuramos analisar as abordagens de Henry Giroux acerca dos Estudos Culturais e da proposta de Intelectual Transformador, buscando localizar e enfatizar as possíveis contribuições para a Animação Sociocultural. Para tanto, apresenta como proposta metodológica a revisão de literatura.

Os Estudos Culturais

Os Estudos Culturais apresentam uma promessa intelectual especial porque tentam atravessar, de forma explícita, interesses sociais e políticos diversos e se dirigir a muitas das lutas no interior da cena atual. Apresentam enquanto categorias de pesquisa questões relacionadas às temáticas de gênero e sexualidade, nacionalidade e identidade nacional, colonialismo e pós-colonialismo, raça e etnia, cultura popular e seus públicos, ciência e ecologia, política de identidade, pedagogia, política da estética, instituições culturais, política da disciplinaridade, discurso e textualidade, história e cultura global, numa era pós-moderna.

Para Nelson; Treichler; Grossberg (2009), os Estudos Culturais constituem um campo interdisciplinar, transdisciplinar e algumas vezes contra-disciplinar que atua na tensão entre suas tendências para abranger tanto uma concepção ampla, antropológica, de cultura, quanto uma concepção estreitamente humanística de cultura. Diferentemente da antropologia tradicional, entretanto, eles se desenvolveram a partir de análises das sociedades industriais modernas. São tipicamente interpretativos e avaliativos em suas metodologias, mas diferentemente do humanismo tradicional, rejeitam a equação exclusiva de cultura como *alta cultura* e argumentam que todas as formas de produção cultural precisam ser estudadas em relação a outras práticas culturais e às estruturas sociais e históricas. Os Estudos Culturais estão assim, comprometidos com o estudo de todas as artes, crenças, instituições e práticas comunicativas de uma sociedade.

Mas, qual impulso que motiva os Estudos Culturais?

Os Estudos Culturais buscam identificar e articular as relações entre cultura e sociedade. Para John Fiske (1992), a ordem social constrange e oprime as pessoas, mas ao mesmo tempo lhes oferece recursos para lutar contra aqueles constrangimentos. E é no campo da cultura que esse embate se instaura.

Para Nelson; Treichler; Grossberg (2009), na tradição dos Estudos Culturais, a cultura é entendida tanto como uma forma de vida – compreendendo idéias, atitudes, linguagens, práticas, instituições e estruturas de poder – quanto toda uma gama de práticas culturais: formas, textos, cânones, arquitetura, mercadorias produzidas em massa, e assim por diante. Segundo Hall (1986, p.26), cultura significa “o terreno real, sólido, das práticas, representações, línguas e costumes de qualquer sociedade histórica específica”, bem como “as formas contraditórias de ‘senso comum’ que se enraizaram na vida popular e ajudaram a moldá-la”.

Melo (2006), ainda aponta que, como qualquer ocorrência histórica, o conceito de cultura não pode ser encarado de forma homogênea e uniforme, como algo dado a priori ou que possua uma suposta essencialidade. Suas definições, arranjos, ocorrências modificam-se no decorrer do tempo em função das relações de poder e dos interesses envolvidos nos embates e tensões entabuladas pelos atores sociais que por motivos diversos transitam no campo gerador e gerado ao redor do conceito.

Ressalta que na sociedade contemporânea o grande poder da cultura, como disciplinadora e reguladora, embora também sejam observadas iniciativas de resistência e subversão, nos faz entender que a vida cotidiana não é mais balizada tão diretamente pelas antigas demonstrações de força dos meios de produção, algo típico nas origens da sociedade capitalista. Este poder compõe um quadro de forte influência, mediada pela sua capacidade de penetração nos lares e experiências sociais de todos nós, processo eficaz, apesar de em certo sentido menos palpável e mais sutil (ainda que quando descortinado, nada tenha de sutil). A política da cultura deixa de ser secundária, a olhos vistos ocupando papel central nas tensões que permeiam a manutenção da ordem social (MELO, 2006).

Dessa forma, existe uma dupla articulação da cultura nos Estudos Culturais, onde “cultura” é simultaneamente o terreno sobre o qual a análise se dá, o objeto de estudo e o local da crítica e intervenção política.

Para Nelson; Treichler; Grossberg (2009) os Estudos Culturais estão amplamente preocupados com a cultura popular de forma profunda e desafiadora. Em primeiro lugar, uma vez que os Estudos Culturais estão preocupados com as articulações entre domínios culturais supostamente separados, é necessário questionar a mútua determinação entre crença popular e outras formações discursivas. Em segundo lugar, os Estudos Culturais têm estado há muito tempo preocupados com o terreno cotidiano das pessoas e com todas as formas pelas quais as práticas culturais falam de suas vidas. Nesse sentido, a importância do “popular” nos estudos Culturais envolve a observação de que as lutas em relação ao poder devem, de forma crescente, interagir e operar através de práticas culturais, da linguagem e da lógica do povo – contudo “o povo” não pode ser definido antecipadamente. Não existe nenhum sistema binário hierárquico simples que possa ser tomado como dado, como se “o povo” fosse sempre absolutamente subordinado a uma minoria de elite e a subordinação pudesse ser definida ao longo de alguma dimensão simples de diferença social. De fato, os Estudos Culturais em seus melhores momentos, são apropriadamente cautelosos sobre invocações do “povo” em seu próprio trabalho. Contudo, os Estudos Culturais têm, certamente, uma longa história de compromisso com populações sem poder.

Para Melo (2006), os Estudos Culturais, em seu intuito de estabelecer uma leitura da “alta cultura” e da “cultura popular”, bem como estabelecer certo olhar sobre a “cultura de massas”, rompe definitivamente com uma compreensão estática desses “níveis culturais”, entendendo-os profundamente relacionados e com fronteiras bem pouco precisas. Tais aspectos apresentam perspectivas alvissareiras para pensarmos a Animação Sociocultural.

Animação Sociocultural

A Animação Sociocultural se define como uma proposta de intervenção pedagógica, pautada na idéia radical de mediação (que nunca deve significar imposição), que busca contribuir para permitir compreensões mais aprofundadas acerca dos sentidos e significados culturais (considerando as tensões que nesse âmbito se estabelecem) que concedem concretude a nossa existência cotidiana, construída a partir do princípio de estímulo às organizações comunitárias, sempre tendo em vista provocar questionamentos acerca da ordem social estabelecida e contribuir para a superação do *status quo* e para a construção de uma sociedade mais justa (MELO, 2006).

Para Trilla (1997), a animação sociocultural é um conjunto de ações realizadas por indivíduos, grupos ou instituições sobre uma comunidade (ou um setor desta) e no marco de um território concreto, com o propósito principal de promover, em seus membros, uma atitude de participação ativa no processo de seu próprio desenvolvimento, tanto social quanto cultural.

Assim, para o autor, essa estratégia de intervenção procura estimular a participação comunitária, desenvolvendo propostas com os sujeitos – sem hierarquia das tomadas de decisões, recusando-se a ser uma ação praticada de “cima para baixo”, ou construída pelos animadores e entregue à comunidade. Todavia, a animação sociocultural, na atualidade, vem ganhando novos contornos, comprometendo-se com questões como consumismo, os efeitos de uma urbanização acelerada, a banalização da violência, a ênfase nos valores monetários, entre outros – o que requer uma postura mais crítica dos animadores, que podem intervir de maneira compromissada com as camadas populares, com seus anseios e problemas (GOMES; PINHEIRO; LACERDA, 2010).

Um dos papéis fundamentais de um animador sociocultural é favorecer a problematização e o questionamento da ideologia dominante, no intuito de superar a alienação, desenvolvida de forma dissimulada pela indústria cultural que, além de criar, objetiva padronizar gostos e necessidades. Um dos objetivos, portanto, da animação

sociocultural seria desorganizar pensamentos enraizados nas pessoas, desencadeando certo incômodo, possibilitando ao sujeito atentar para detalhes antes não observados (MELO, 2006).

Dessa forma, a missão do animador cultural seria a de despertar nos indivíduos novas formas de compreender a realidade, estimulando sua reflexão e possibilitando o questionamento do contexto no qual está inserido. Para Melo,

[...] a idéia de mediação parece mesmo ser fundamental para lidarmos com a intervenção no âmbito da cultura. Tenho pensado na idéia de estabelecimento de uma certa “desorganização”: o processo de educação se daria pela busca de instaurar um incômodo (MELO, 2006, p. 43).

[...] No fundo, a Animação Cultural é uma proposta de educação que, ao buscar quebrar uma certa unilateralidade no processo de comunicação, parte do princípio da “deseducação”, da desestabilização (MELO, 2006, p. 44).

Com base na mediação, o animador sociocultural é capaz de possibilitar e facilitar a aquisição do conhecimento sem ter que obrigatoriamente transmiti-lo de forma unilateral. Melo (2006) alerta que esta atuação deve ser cautelosa, para não cair na armadilha de se julgar o que deveria ou não ser estimulado. Por isso, o animador não pode querer controlar, “mas sim tematizar e estimular o descontrole” (MELO, 2006, p. 63). Assim, o processo de educação se daria não pela construção de ideias, mas pela “desconstrução de mentalidades e de olhares”.

Ao buscar articular a Animação Sociocultural com os Estudos Culturais, Melo (2006) diz tratar de uma relação original, para ele, os Estudos Culturais nascem como Animação Sociocultural, o sentido inicial da proposição dos autores pioneiros. E, de forma ousada, afirma que a Animação Sociocultural pode resgatar alguns dos projetos originais dos Estudos Culturais, de certa forma esquecidos, abandonados ou hoje menos valorizados em função dos caminhos pelos quais essa outrora “não disciplina” vem percorrendo nos últimos anos.

Nesse sentido que percebemos as análises de Henry Giroux no campo dos Estudos Culturais dialogando com as proposições da Animação Sociocultural. Ao problematizar o papel dos educadores, propondo a ideia do intelectual transformador; sugere que os educadores como intelectuais devem ser vistos em termos dos interesses políticos e ideológicos que estruturam a natureza do discurso, relações sociais e valores legitimados em sua atividade educadora. A ideia de intelectuais transformadores enfatiza a necessidade do desenvolvimento de um discurso que una a linguagem da crítica e a linguagem da

possibilidade, de forma que os educadores sociais reconheçam que podem promover mudanças.

Dialogando com Henry Giroux

Henry Giroux nasceu em Providence, EUA, em 18 de setembro de 1943. Crítico cultural norte-americano e um dos teóricos da pedagogia crítica no país é bem conhecido por seu trabalho pioneiro na educação pública, estudos culturais, estudos de juventude, ensino superior, estudos da mídia e da teoria crítica. Seu trabalho mostra uma série de tradições teóricas desde Marx a Paulo Freire e Zygmunt Baumann. Ele também é um defensor da democracia radical e opõe-se às tendências antidemocráticas do neoliberalismo, militarismo, imperialismo, fundamentos religiosos e ataques que ocorrem sob o Estado neoliberal sobre o salário social, juventude, os pobres e ensino superior e público.

Giroux (1997a) desenvolveu a ideia dos professores como intelectuais, balizado pelas teorias de Gramsci sobre o papel dos intelectuais na produção e reprodução da vida social. Para este autor, o sentido dos educadores compreendidos como intelectuais reflete todo um programa de compreensão e análise do que devem ser os educadores. A concepção que Giroux tem dos educadores está ligada à ideia de autoridade emancipatória. Dessa forma, entende que os mesmos devem tornar problemáticos os pressupostos pelos quais se sustentam os discursos e valores que legitimam as práticas sociais e acadêmicas, valendo-se do conhecimento crítico do qual são portadores, com o objetivo de construir um ensino dirigido à formação de cidadãos críticos e ativos.

Para Giroux (1997b), a menos que se reduza a definição de intelectuais em termos de critérios educacionais puramente formais e estatísticos, está bastante claro que o que a sociedade moderna produz é um exército de especialistas alienados, privatizados e incultos que somente são instruídos dentro de áreas muito estreitamente definidas. Em vez de intelectuais no sentido tradicional de pensadores preocupados com a totalidade, esta *intelligentsia* técnica está crescendo vertiginosamente para operar o aparelho burocrático e industrial cada vez mais complexo. Sua racionalidade, contudo, tem caráter apenas instrumental, e, portanto, é adequada principalmente para realizar tarefas parciais, mais do que para lidar com questões *substanciais* de organização social e direção política.

Diante dessa realidade, o autor considera que os Estudos Culturais deveriam encarar com suspeita qualquer projeto de hierarquização no qual a cultura é delimitada a algumas de suas partes, quer tais partes representem o “melhor” da cultura ou mesmo

representem o que foi predeterminado como política e eticamente importante e valioso. Ressalta que os Estudos Culturais, em suma, deveriam abandonar a meta de dar aos estudantes o acesso àquilo que representa a cultura, dando a possibilidade de investigar a cultura como um conjunto de atividades que é vivido e desenvolvido dentro de relações assimétricas de poder, ou como irredutivelmente um processo que não pode ser imobilizado na imagem de um reservatório.

O estudo da cultura não é o acúmulo de conhecimento sobre a mesma. O estudo da cultura está intrinsicamente ligado com aquilo que tem que ser feito nas sociedades repletas de opressão. A pré-condição para tal ação é a resistência crítica às práticas prevalecentes. Contudo, a resistência não será eficaz se for aleatória e isolada; os intelectuais devem desempenhar o papel crucial na mobilização de tal resistência em uma práxis que tenha impacto político (GIROUX, 1997b).

Giroux (1997b) retoma a ideia de *intelectual* a partir da concepção de Gramsci, entendendo-o em termos políticos. O intelectual é mais que uma pessoa das letras, ou um produtor e transmissor de idéias, os intelectuais são também mediadores, legitimadores, e produtores de idéias e práticas sociais; eles cumprem uma função de natureza eminentemente política. As análises de Gramsci foram úteis para a formulação do que Giroux desejou chamar de *Intelectual Transformador*; que difere da noção de Gramsci de intelectuais orgânicos radicais, para ele, tais intelectuais podem surgir e trabalhar com diversos grupos que resistam ao conhecimento e prática sufocantes que constituem sua formação social. Os *Intelectuais Transformadores* podem fornecer a liderança moral, política e pedagógica para aqueles grupos que tomam por ponto de partida a análise crítica das condições de opressão. Todos são agentes revolucionários.

Nesse sentido, Giroux (2009) aponta para a necessidade de pedagogias que enfatizem o papel político e mediador dos intelectuais, e que esse mediador possibilite a compreensão da racionalização das relações sociais no sentido de propiciar aos estudantes (e por que não dizer aos sujeitos) repensarem seus projetos de emancipação. Para além, os intelectuais devem engajar-se ativamente em projetos que os estimulem a abordar o seu próprio papel crítico na produção e legitimação das relações sociais.

Se assegurarmos aos sujeitos um papel ativo no processo de formação cultural, eles poderão se tornar agentes na produção de práticas sociais. Para realizar isto deveríamos nos envolver com a fomentação de formas de resistência; necessita-se assim, de uma pedagogia crítica que promova a identificação e análise dos processos ideológicos subjacentes em jogo no texto e suas leituras. Todos envolvidos como intelectuais transformadores em uma

prática social que permita que ambas as partes compreendam a si mesmas como agentes no processo de sua própria formação cultural (GIROUX, 1997).

Apesar de Henry Giroux ter contextualizado suas abordagens, inicialmente, a partir do contexto da sala de aula e no campo docente, entendendo-os como um lugar onde os Estudos Culturais podem fazer uma diferença; a riqueza e variedade de suas intervenções apontam para as mais diversas análises, abrangendo a cultura como um todo. E essa é a proposta ensaiada nesse artigo, ao buscar localizar e enfatizar as possíveis contribuições do autor para pensarmos a Animação Sociocultural.

Alguns Apontamentos

Como relembra Melo (2006), Henry Giroux vem a algum tempo chamando a atenção para a necessidade de promover encontros mais férteis e frequentes entre educadores e os estudiosos dos Estudos Culturais e por que não dizer com a Animação Sociocultural. Para ele, o trabalho de ambos tem uma série de pontos em comum e uma colaboração mais efetiva deveria ser urgentemente encaminhada.

Para ele se faz necessário, acentuar a dimensão da ação – um trabalho contínuo, informado por uma política cultural que traduza o conhecimento novamente para a prática, colocando a teoria no espaço político ativo e revigorando o pedagógico como uma prática através da qual as lutas coletivas possam ser travadas para reviver e manter a estrutura das instituições democráticas (GIROUX, 2003).

A partir das contribuições de Giroux apontamos a necessidade de pedagogias, sejam elas, escolares ou não-escolares, mas que permitam e estimulem os indivíduos a se posicionarem mais criticamente e mais ativamente diante dos diferentes arranjos sociais. E como o mesmo Giroux define,

Uma pedagogia sem garantias, uma pedagogia que, devido à sua natureza contingente e contextual, traga a promessa de produzir uma linguagem e um conjunto de relações sociais pelas quais os impulsos e as práticas justas de uma sociedade democrática possam ser experimentados e relacionados com o poder da autodefinição e da responsabilidade social (GIROUX, 2003, p.21).

Nesse sentido, ao buscarmos a articulação das contribuições de Giroux no campo dos Estudos Culturais e a Animação Sociocultural que compartilhamos das idéias de Melo (2006) ao conceber a Animação Sociocultural como uma proposta de “alfabetização cultural”, nas suas potencialidades e limites. Perspectiva que recusa um pragmatismo do mercado e uma alfabetização enraizada nos limites exclusivos da cultura modernista da imprensa, diante das

formas mais fortes de crítica que emergem de uma noção pluralizada de alfabetização que valoriza a cultura impressa e a visual. Além disso, a alfabetização como discurso crítico também proporciona uma base mais complexa para o poder, para a formação de identidades e para a materialidade do poder, enquanto enfatiza que, apesar de a própria alfabetização não garantir coisa alguma, ela é uma condição essencial para o protagonismo, para a auto-representação e para uma noção substantivada da vida pública democrática (MELO, 2006).

Dessa forma, a proposta de Giroux dialoga e contribui com a Animação Sociocultural ao propor que a questão não está apenas em pensar práticas pedagógicas transgressoras no âmbito da arte e da cultura, mas em pensar uma articulação ampla e radical entre artistas, educadores e todos os tipos de trabalhadores culturais, à busca de construção de modelos alternativos de política e intervenção cultural.

Referências

FISKE, John (1992): “British cultural studies and television”. Channels of discourse, reassembled: television and contemporary criticism. 2ed. Chapel Hill & London: University of North Carolina Press, p. 284-327.

GIROUX, Henry (2009): “Praticando estudos culturais na faculdade de Educação”. Alienígenas na Sala de Aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 85-103.

GIROUX, Henry (2003): Atos Impuros: prática política dos Estudos Culturais. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed.

GIROUX, Henry (1997a): “Professores como intelectuais transformadores”. Os Professores como Intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 157-164.

GIROUX, Henry (1997b): “A Necessidade de Estudos Culturais”. Os Professores como Intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 179-193.

GOMES, Christianne; PINHEIRO, Marcos; LACERDA, Leonardo (2010): Lazer, Turismo e Inclusão Social: intervenção com idosos. Belo Horizonte: Editora UFMG.

HALL, Stuart (1986): “Gramsci’s relevance for the study of race and ethnicity”. *Journal of Communication Inquiry*. v. 10, n. 2, p. 5-27.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (2004): “A contribuição dos Estudos Culturais para pensar a Animação Cultural”. *Licere: Belo Horizonte*, v.7, n.1, p.101-112.

MELO, Victor Andrade (2006): *A Animação Cultural: conceitos e propostas*. Campinas, SP: Papirus.

MELO, Victor Andrade (2004): “A animação cultural, os estudos do lazer e os estudos culturais: diálogos”. *Licere: Belo Horizonte*, v. 7, n. 2, p. 86-103.

NELSON, Cary; TREICHLER, Paula A.; GROSSBERG, Lawrence (2009): “Estudos Culturais: uma introdução”. *Alienígenas na Sala de Aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 07-38.

TRILLA, Jaume (1997): “Concepto, discurso y universo da animación sociocultural”. *Animación Sociocultural: teorías, programas y âmbitos*. Barcelona: Ariel, p. 13-39.